



**REQUERIMENTO** Número / ( .ª)

**PERGUNTA** Número / ( .ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

1 – A Diretiva Operacional Nacional n.º 2 – DECIR, aprovada em abril do corrente ano, prevê um conjunto de meios aéreos, de empenhamento permanente ou eventual, composto por helicópteros de ataque inicial, helicópteros de ataque ampliado, aviões de ataque ampliado e meios aéreos de reconhecimento, avaliação e coordenação;

2 – A disponibilidade de meios aéreos previstos naquela Diretiva varia, consoante o nível de envolvimento, entre um mínimo de 22 em Nível II, no período de 16 a 31 de outubro, e um máximo de 55 em Nível IV, no período de 1 de julho a 30 de setembro, isto além de um mínimo de 20 meios aéreos em permanência durante grande parte do ano, entre 1 de Maio e 31 de dezembro;

3 – São conhecidas as dificuldades que o Governo tem tido para contratar a disponibilização destes meios aéreos, com dois concursos consecutivamente lançados que não produziram quaisquer resultados, tendo o Governo sido forçado a recorrer a uma adjudicação direta para assegurar a disponibilidade desses meios aéreos às portas da época mais crítica dos incêndios em Portugal;

4 – Está a cumprir-se um ano sobre os incêndios de Pedrógão, pelo que é a altura de fazer um balanço sobre o estado de cumprimento das obrigações legislativas, administrativas e materiais que o Governo se comprometeu a criar e desenvolver.

Tendo presente que:

Nos termos do disposto no art.º 156º, alínea d) da Constituição, é direito dos Deputados «fazer perguntas ao Governo sobre quaisquer actos deste ou da Administração Pública e obter resposta em prazo razoável»;

Nos termos do art.º 155º, n.º 3 da Constituição e do art.º 12º, n.º 3 do Estatuto dos Deputados, «todas as entidades públicas estão sujeitas ao dever geral de cooperação com os Deputados no exercício das suas funções ou por causa delas»;

Nos termos do disposto no art.º 229º, n.º 1 do Regimento da Assembleia da República, as perguntas apresentadas pelos Deputados são tramitadas por intermédio do Presidente da Assembleia da República com destino à entidade requerida, tendo esta o dever de responder

conforme o disposto no n.º 3 do mesmo preceito;

Os Deputados do CDS-PP, abaixo-assinados vêm por este meio requerer ao Senhor Ministro da Administração Interna, por intermédio de Vossa Excelência, nos termos e fundamentos que antecedem, se digne responder às perguntas seguintes:

1 – Quantos meios aéreos foram contratados até à data?

2 – Que meios são esses?

3 – Está o Governo em condições de garantir o integral cumprimento da Diretiva operacional n.º

2 – DECIR, no que respeita à disponibilidade de meios aéreos, particularmente em Nível IV?

Palácio de São Bento, 14 de junho de 2018

Deputado(a)s

ASSUNÇÃO CRISTAS(CDS-PP)

NUNO MAGALHÃES(CDS-PP)

TELMO CORREIA(CDS-PP)

VÂNIA DIAS DA SILVA(CDS-PP)

ANTÓNIO CARLOS MONTEIRO(CDS-PP)

CECÍLIA MEIRELES(CDS-PP)

HELDER AMARAL(CDS-PP)

PATRÍCIA FONSECA(CDS-PP)

ILDA ARAÚJO NOVO(CDS-PP)

JOÃO PINHO DE ALMEIDA(CDS-PP)

JOÃO REBELO(CDS-PP)

PEDRO MOTA SOARES(CDS-PP)

ÁLVARO CASTELO BRANCO(CDS-PP)

ANA RITA BESSA(CDS-PP)

FILIFE ANACORETA CORREIA(CDS-PP)

ISABEL GALRIÇA NETO(CDS-PP)

JOÃO GONÇALVES PEREIRA(CDS-PP)

TERESA CAEIRO(CDS-PP)